



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328404-2

COMARCA: 3ª VARA CÍVEL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

APELANTE: SÔNIA MARIA DA SILVA

APELADO: BANCO PANAMERICANO S/A

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C RESPONSABILIDADE CIVIL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA REJEITADA À UNANIMIDADE – MÉRITO - ALEGAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO CREDITÍCIA – NÃO COMPROVAÇÃO DA NEGATIVAÇÃO – ART. 333, I, DO CPC - APELO DESPROVIDO – SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328404-2**, em que figuram como Apelante **SÔNIA MARIA DA SILVA** e como Apelado **BANCO PANAMERICANO S/A**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: **"Por unanimidade, foi rejeitada a preliminar de carência de fundamentação da sentença. Por unanimidade de votos, negou-se provimento à apelação, nos termos dos votos da turma"**. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 02 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

110,

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328404-2

APELANTE: SONIA MARIA DA SILVA

ADVOGADO: MARCOS ANTÔNIO SOARES PE010701

APELADO: BANCO PANAMERICANO S/A

ADVOGADO: FELICIANO LYRA MOURA PE021714

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO



Ação: Cuida-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c Responsabilidade Civil, Indenização por Danos Morais e tutela antecipada.

Sentença Recorrida: A Decisão (fls. 66/68) nos termos do art. 269, I, da Lei Adjetiva Civil, julgou improcedente o pedido inicial. Em face do ônus de sucumbência, condenou a autora no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, considerando o que disciplina o art. 20, § 4º, do CPC. Em face do deferimento da gratuidade judicial à autora (fls. 29), ficou sobrestada pelo período de cinco anos a execução das custas e honorários sucumbenciais, salvo se houver comprovação da perda da miserabilidade em relação à autora, tudo conforme art. 12 da lei 1060/50.

Objeto: Apelação com pedido de acolhimento da preliminar de falta de fundamentação da sentença e, caso ultrapassada, pugna pela reforma total da sentença hostilizada (fls. 70/71).

Razões recursais: Em sede de preliminar, ventila a que a sentença vergastada não apontou o dispositivo legal embasador de sua fundamentação, o que entende ser um vício insanável. Argumenta que as provas acostadas aos presentes autos comprovam o ato danoso praticado pela apelada, devendo o ilícito ser reparado a título de danos morais.



Contra-razões: Às fls. 74/77, pugnando pela manutenção da decisão *a quo* e pela improcedência da Apelação.

É o que importa relatar.

À Douta revisão.

Recife, 26 de março de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



119

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328404-2
APELANTE: SONIA MARIA DA SILVA
ADVOGADO: MARCOS ANTÔNIO SOARES PE010701
APELADO: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO: FELICIANO LYRA MOURA PE021714
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

PRELIMINAR: CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA

Preliminarmente, apelante aponta a nulidade da decisão a recorrida, por carência de fundamentação. Todavia, razão não lhes assiste.

Com efeito, o artigo 165, do Código de Processo Civil assim estabelece:

"As sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458; as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso."

Em que pese a disposição legal, nem de concisa se poderia taxar a decisão impugnada, posto que contém a exposição clara dos motivos do convencimento do julgador, fazendo referência, inclusive, a diversos documentos que acompanhavam a inicial, pelo que se afasta a preliminar.

MÉRITO:

Da análise dos autos, constata-se que a apelante ingressou com ação de indenização, aduzindo que sofreu abalo moral, em decorrência da negligência da ré/apelada, que inscreveu indevidamente seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, em razão de fraude efetuada por terceiro.

Salienta-se, a princípio, que o ônus da prova repousa no fato de caber à parte autora o encargo de produzir provas capazes de formar, em seu favor, a convicção do juiz e às partes rés, demonstrando fatos extintivos, impeditivos ou modificativos desse direito.

Neste norte, ensina a doutrina, no tocante ao ônus de provar que *"a palavra vem do latim, ônus, que significa carga, fardo, peso, gravame. Não existe obrigação que corresponda ao descumprimento do ônus. O não atendimento do ônus de provar coloca a parte em desvantajosa posição para a obtenção do ganho de causa. A produção probatória, no tempo e na forma da prescrita em lei, é ônus da condição da parte"*. (NERY, Nelson. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 11ª ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 635).

No mesmo sentido, trago à lume, entendimento doutrinário que corrobora o acima descrito:

"Como todo direito se sustenta em fatos, aquele que alega possuir um direito deve, antes de mais nada, demonstrar a existência dos fatos em que tal direito se alicerça."



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Pode-se, portanto, estabelecer como regra geral dominante de nosso sistema probatório, o princípio segundo o qual à parte que alega a existência de determinado fato para dele derivar a existência de algum direito, incumbe o ônus de demonstrar sua existência. Em resumo, cabe-lhe o ônus de produzir a prova dos fatos por si mesmo alegados como existentes" (SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de Processo Civil: processo de conhecimento. 5ª edição: revista e atualizada. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2000, v. 1, p. 344).

No caso dos autos, não produziu o autor prova das assertivas lançadas em sua petição inicial, ônus que lhe cabia, a teor do disposto no art. 333, I, do CPC.

Como bem consignou o magistrado a quo *"a demandante em momento algum comprova a alegação de que seu nome está inserido nos serviços de proteção ao crédito"* (fl.67).

Da análise dos autos, não resta outra conclusão que não a manutenção do *decisum*, tendo em vista que a autora não colacionou o comprovante de negativação de seu nome em cadastros restritivos, destaque-se, prova que, se realmente efetivada, seria facilmente obtida junto aos órgãos arquivistas.

Cabia à autora, portanto, buscar junto aos referidos órgãos extratos ou certidões para comprovar a inscrição indevida, já que o CDC assegura aos consumidores o acesso a tais cadastros (art. 43).

Neste sentido, colaciono julgados que entendo aplicáveis ao caso :

INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR. ALEGADA INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NEGATIVAÇÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. *Falta da prova da inscrição negativa, uma vez que os documentos acostados não revelam qualquer pendência financeira, mas apenas cobranças efetuadas pela instituição financeira. Dano moral não configurado, por consequência. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004189502, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fernanda Carravetta Vilande, Julgado em 30/01/2013)(TJ-RS - Recurso Cível: 71004189502 RS , Relator: Fernanda Carravetta Vilande, Data de Julgamento: 30/01/2013, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/02/2013)*

Apelação Ação de indenização por dano moral Improcedência da ação Alegação de que o dano moral restou caracterizado Ausência de comprovação da negativação nos órgãos de proteção ao crédito - Fatos incapazes de por si só caracterizarem o dano moral - Incidentes que constituem mero dissabor - Inexistência do dever de indenizar - Recurso improvido.(TJ-SP - APL: 104155220108260047 SP 0010415-52.2010.8.26.0047, Relator: Miguel Petroni Neto, Data de Julgamento: 06/11/2012, 16ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012)

"Ausente a prova da negativação geradora do dano moral, ônus que cabia ao autor nos termos do art. 333, I, do Codex Processual, não pode prosperar o pedido de



121

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

responsabilização civil da instituição apelada." (TJSC, 3ª Câmara de Direito Civil, Rel. Des. Henry Petry Junior, AC n. , j. 22-10-2010).

"O ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo de seu direito. Na ausência de prova convincente do evento ilícito e lesivo, é de ser decretada a improcedência da pretensão indenizatória, nos termos do art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil." (TJSC, 2ª Câmara de Direito Civil, Rel. Des. Mazoni Ferreira, AC n. , j. 2-3-2010).

Por conta dessa soma de razões, meu voto é para **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

Recife, 24/05/2014

Revistos, peço pauta.
Recife, 11/04/2014


Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor